



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE BIOLOGIA

GILDENISSON ARAUJO DO NASCIMENTO

**O INTÉRPRETE DE LIBRAS NO ENSINO DE CIÊNCIAS: UM ESTUDO DE CASO
NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ARACAJU-SE**

São Cristóvão

2019

GILDENISSON ARAUJO DO NASCIMENTO

**O INTÉRPRETE NO ENSINO DE CIÊNCIAS: UM ESTUDO DE CASO NAS
ESCOLAS MUNICIPAIS DE ARACAJU-SE**

Monografia apresentada no Departamento de Biologia, Centro de Ciências e Biológicas e da Saúde da Universidade Federal de Sergipe, como requisito para a obtenção de grau em licenciatura em Ciências Biológicas.

Orientadora: Prof. Dr. Aline Lima de Oliveira
Nepomuceno

São Cristóvão

2019

Dedico esse trabalho aos meus pais, que me incentivaram e acreditaram em mim durante toda a vida; a minha orientadora, pela paciência e orientação; a meu primo e minha irmã, por sempre acreditarem em mim; a minha namorada, pelo apoio e companheirismo durante esse trabalho.

AGRADECIMENTOS

Sobre as pessoas que contribuíram para esse trabalho e minha chegada até aqui, gostaria de desejar meus singelos agradecimentos a:

Aos meus pais **Gilvania Silva de Araujo Nascimento** e **Gilvanio do Nascimento**, pelos sacrifícios que fizeram ao longo de toda a vida, para que eu conseguisse chegar onde cheguei e estar cursando o curso que sempre quis. Dentre os dois especialmente a minha mãe, por causa dos cafés e docinhos durante as noites e madrugadas de estudo.

Um muito obrigado a minha orientadora, **Aline Lima de Oliveira Nepomuceno**, por ter me aceitado como aluno, pela orientação nessa pesquisa, por acreditar em mim.

Aos intérpretes, que sem eles não teria pesquisa, um muito obrigado por ter aceitado conceder a entrevista, pelas conversas e simpatia em todos os momentos.

Aos meus colegas de curso, especialmente **Joana Camila de Santana Oliveira**, com as indicações de artigos, livros e conversas sobre a pesquisa.

A uma das pessoas mais especiais que conheci na UFS e levarei para a vida, **Wilcilene Santos Aragão**, pelas conversas e brincadeiras diárias, pelo incentivo na graduação, por ser a melhor pessoa para jogar Pokemon GO, por aturar minhas piadas infantis, menos pelas patadas, mas fora isso é uma das melhores amigas que se pode ter.

A meu primo **Ewair Nascimento Xavier**, por perguntar sobre o meu curso, por escutar meus monólogos sobre assuntos do curso, assuntos da vida, pelo entretenimento e parceria jogando Free Fire e esperando ter dinheiro um dia para comprar um PlayStation e especialmente por ser o meu melhor amigo.

Aos professores que tive durante a minha graduação, especialmente aos professores da área de educação em Ciências Biológicas, pelos aprendizados, pelas dicas e pelo empenho que demonstram em trabalhar por uma educação pública de qualidade em um país que a cada dia se torna mais difícil no quesito educação.

A professora Laiza Silva Rebouças, que foi a pessoa a me apresentar ao mundo da comunidade surda, sobre sua história e desafios, uma das maiores inspirações para esse trabalho.

A minha namorada **Renata Grasielle Mendonça Santos**, pelo carinho antes e durante minha pesquisa, pelas palavras de afeto, pelo apoio em todas as decisões que tomei em prol de meus sonhos, por acreditar em meu potencial quando eu não acreditava nele, por me acompanhar em madrugadas de estudo, simplesmente para me fazer companhia, mesmo sem

entender partes do que fazia. E para encerrar o texto, obrigado por seu amor, por ser o maior presente que 2017 me deu, por tudo.

E obrigado a todas as pessoas que contribuíram direta ou indiretamente nesse trabalho e em minha jornada de graduação, cada um de vocês tem um lugar especial.

RESUMO

A inclusão escolar de alunos surdos é o resultado das lutas de movimentos sociais pelos direitos humanos, no Brasil, esses movimentos levaram a oficialização de uma sequência de leis que tiveram como propósito integralizar o surdo na sociedade e principalmente no ambiente escolar. A obrigatoriedade da presença do intérprete na escola, é um dos pré-requisitos outorgado em Lei na garantia do processo de inclusão, esse profissional têm a função de interpretar/traduzir para o aluno surdo o conteúdo ministrado em aula pelo professor ouvinte. A disciplina de Ciências é dotada de conhecimentos únicos, possuindo um contexto específico, seu conhecimento científico é essencial para fazer do cidadão uma pessoa ativa, consciente e responsável no meio social. Dessa forma, é icônica a atuação do intérprete para que o aluno surdo internalize e construa um conhecimento científico crítico com base no conteúdo visto em aula. Diante do exposto, emerge a importância do intérprete no Ensino de Ciências para alunos surdos, pois são, dentre os profissionais da comunidade escolar, os que possuem contato direto com as habilidades e dificuldades do aluno surdo. Assim esse trabalho tem como objetivo identificar as possibilidades, desafios e dificuldades em conteúdos de Ciências na atuação do intérprete de LIBRAS. Para tal, trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo e descritivo, que utiliza como instrumento de produção os dados de uma entrevista semiestruturada, separada em dois blocos de questões que busca avaliar a formação e a prática pedagógica do Intérprete de LIBRAS no ensino de Ciências, sendo utilizado os intérpretes que trabalham no Ensino Fundamental dos anos finais, em escolas municipais de Aracaju-SE. Para análise dos dados adotou-se a Análise Textual Discursiva (ATD). Como resultado é possível identificar que o maior problema hoje na inclusão escolar é que o surdo não é alfabetizado em LIBRAS, ficando praticamente inviável o trabalho do intérprete e do professor regente, principalmente levando em conta os conteúdos da disciplina de Ciências. Os discentes necessitam de uma alfabetização científica eficaz, que só pode ser obtida a partir da alfabetização em LIBRAS e no Português do aluno surdo. Aliado a falta de alfabetização está o déficit em sinais de LIBRAS que correspondem aos termos encontrados no conteúdo de Ciências. Os últimos fatores que influenciam o trabalho do intérprete estão na falta de espaços para o diálogo com o professor, e da necessidade de formação continuada para ambos os profissionais. Sendo assim a falta de alfabetização em LIBRAS do aluno surdo, aliado a carência de uma formação continuada tanto dos professores regentes, quanto dos Intérpretes de LIBRAS e da precarização das escolas das redes públicas, afeta negativamente no processo de ensino/aprendizagem do aluno surdo, trazendo como consequência a sua não inclusão no ensino regular.

Palavras-chave: Intérpretes no Ensino Regular; Ensino de Ciências; Ensino de LIBRAS; Inclusão Escolar.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
1.1. CAMINHOS METODOLÓGICOS	10
2. FORMAÇÃO DO INTÉRPRETE DE LIBRAS.....	13
2.1. TRADUTOR-INTÉRPRETE DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – TILS	13
2.1.1. Tradutor/Intérprete em formação de professor e com formação de Intérprete de LIBRAS	15
2.1.2. Tradutor/Intérprete com formação de professor e com formação de Intérprete de LIBRAS	17
2.2. FORMAÇÃO CONTINUADA E DESAFIOS DO INTÉRPRETE	19
3. PRÁTICA PEDAGÓGICA DO INTÉRPRETE NO ENSINO DE CIÊNCIAS	22
3.1. DIFICULDADES NO ENSINO DE CIÊNCIAS	22
3.1.1. Problemáticas em relação ao conteúdo de Ciências	26
3.2. UM OLHAR SOBRE A RELAÇÃO ENTRE O PROFESSOR DE CIÊNCIAS E O INTÉRPRETE.	30
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36
APÊNDICE 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	40
APÊNDICES	
Apêndice 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	40
Apêndice 2 – Roteiro da entrevista semiestruturada com Intérpretes.....	43
ANEXOS	
Anexo 1 – Parecer do Comitê de Ética.....	44

1. INTRODUÇÃO

Nos anos que precederam 1960, a inclusão escolar não era um assunto debatido na sociedade, pois a resposta social para as crianças que não se ajustavam ao molde educacional vigente era a criação de unidades educacionais especiais ou de classes especiais dentro da escola comum, esta situação levava direta ou indiretamente a segregação escolar e social. Somente a partir de 1960 depois da intensificação de movimentos sociais pelos direitos humanos essa realidade começou a mudar, pois do ponto de vista econômico o custo para manter instituições especiais era elevado, associado a isto o movimento pela integração de ações políticas de diversos grupos como o de portadores de deficiência, pais e profissionais levou a um aumento de pressão no Estado com o intuito de garantir direitos fundamentais e de evitar discriminações (MENDES, 2006).

Contudo resultados significativos começaram a ser alcançados no Brasil durante a década de 90, quando começou a difusão maciça de políticas educacionais como a promulgação da Constituição de 1988, e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) em 1996 que promovia a inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais, levando a uma maior socialização desses grupos, dentre eles a comunidade surda. Nessa mesma época teve o início de um desprestígio de programas de educação especial, desta forma sendo as atenções e os investimentos voltados a prática de inclusão de pessoas surdas em escolas regulares (MENDES, 2006). Com base no processo de inclusão escolar foi promulgada a Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002 (BRASIL, 2002), que reconheceu a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como a língua oficial dos surdos, tendo em vista que a mesma deveria ser obtida de forma primária, pois é a partir dela que o surdo consegue entrar em contato com língua majoritária do grupo social ao qual está integrado.

Dessa forma a educação bilíngue tem como meta educacional tornar presente duas línguas no meio escolar onde os alunos surdos estão integrados. Esta lei também veio para regularizar e garantir os direitos da comunidade surda em relação as adaptações necessárias para a sua inclusão escolar, sobre a necessidade de serviços de apoio pedagógico, sala de recursos, equipamentos específicos, de instrutores ou professores surdos assim como a presença de professores Intérpretes nas escolas (MONTEIRO, 2006).

Neste sentido, o trabalho do Intérprete é essencial para que alunos surdos consigam compreender e assimilar os conteúdos pertinentes as disciplinas presentes no currículo escolar básico. Pois é papel do Intérprete pronunciar na língua de sinais um discurso que seja equivalente ao pronunciado pelo professor responsável da disciplina, para tal é necessário que

o Intérprete consiga trabalhar em situações variadas por onde se é imprescindível a sua capacidade de se adaptar as necessidades de interpretação da comunidade surda. Pelo fato da aula ser um ambiente dinâmico é fundamental que o Intérprete conheça o correspondente entre as expressões típicas da língua majoritária com as encontradas na língua de sinais, sabendo que nem sempre será possível verter em sinais todas as palavras pronunciadas pelo professor, contudo buscando sempre manter o sentido e procurando manter os efeitos produzidos pelo professor no enunciado oral (ROSA, 2006).

Dentre as disciplinas que são ministradas aos alunos do Ensino Fundamental, o Ensino de Ciências em particular tem como função fazer com que o cidadão se torne crítico e que venha a ter autonomia para a tomada de decisões em prol de sua sociedade. Para tanto o Ensino de Ciências necessita permitir que os indivíduos venham a entender e compreender como o conhecimento científico é construído historicamente a partir do relacionamento entre os fenômenos naturais aos modelos teóricos de forma a atribuir um significado ao contexto científico (OLIVEIRA; MELO; BENITE, 2012).

Diante do exposto, a motivação para essa pesquisa surgiu quando cursei a disciplina de LIBRAS durante o curso de Ciências Biológicas Licenciatura na Universidade Federal de Sergipe (UFS). A professora Laiza Silva Rebouças que foi responsável pela disciplina é surda, este fato foi surpreendente tanto para mim quanto para os demais colegas de turma, pois nunca antes tivemos contato com uma professora surda dentro da universidade. Ao longo da disciplina conhecemos a história da comunidade surda, assim como a luta pela conquista dos direitos que hoje os surdos possuem e isso pela perspectiva de uma pessoa que é integrante da comunidade. Desta forma, pude perceber ao longo da disciplina que estamos longe de possuímos verdadeiramente a inclusão escolar que seja efetiva, pois são imensos os problemas para que isso ocorra, como por exemplo a falta de efetividade e concretização das políticas públicas. Sendo assim, a disciplina e a história de vida da professora, aliados a um maior conhecimento sobre a comunidade surda me levou a refletir sobre os motivos de existir poucos trabalhos que abordem a realidade do aluno surdo e seus Intérpretes em sala de aula, de maneira a fornecer um suporte para que possíveis políticas públicas supram e façam com que a inclusão escolar saia do âmbito legal e se torne efetiva, especialmente na Educação Formal.

Desta forma, este estudo busca responder a seguinte questão: quais as dificuldades e as possibilidades do Ensino de Ciências para os Intérpretes de LIBRAS na Educação Básica de surdos?

Refletindo nesta direção, o objetivo desta pesquisa é de identificar as possibilidades e desafios para os Intérpretes da língua de sinais do município de Aracaju no que tange o Ensino de Ciências. A partir deste objetivo geral alinham-se os seguintes objetivos específicos: identificar o número de Intérpretes atuantes em escolas de Ensino Fundamental do município de Aracaju e as suas respectivas formações; avaliar as contribuições ou não da formação inicial de Intérpretes na prática pedagógica do Ensino de Ciências; verificar quais os conteúdos de Ciências apresentam os maiores índices de dificuldade para os Intérpretes de LIBRAS; refletir sobre o Ensino de Ciências através da LIBRAS e o papel do Intérprete no processo educativo de alunos surdos na educação básica.

1.1. Caminhos Metodológicos

Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, neste tipo de estudo é importante a interpretação advinda do pesquisador com suas próprias opiniões acerca do fenômeno que está sendo estudado (PEREIRA *et al.*, 2018). Com os Intérpretes será avaliado os seus motivos, atitudes e opiniões acerca de seu trabalho dentro de sala de aula, no intuito da geração de dados que consiga responder aspectos no processo de ensino-aprendizagem de alunos surdos. Também será realizada uma pesquisa descritiva, por onde será efetuada a descrição das características relacionadas ao trabalho dos Intérpretes de modo a elucidar quesitos relacionados a seu trabalho em sala de aula. Este tipo de pesquisa tem como objetivo analisar e hierarquizar as ações de descrever, compreender e explicar com precisão as relações entre o global e o local em relação a determinado fenômeno. Assim como descrever as características relacionadas a determinada população ou fenômeno estabelecendo relações entre as variáveis (GIL, 2008; ENGEL; TOLFO, 2009)

Um dos métodos utilizados na pesquisa qualitativa é o estudo de caso que é caracterizado como uma investigação por onde se analisa uma situação específica, buscando encontrar suas características e o que há de essencial na mesma, para tal se utilizando de abordagens específicas em relação a coleta e análise dos dados (YIN, 2001). Desta forma este estudo é considerado um estudo de caso, pois se baseia na coleta de informações específicas que estão relacionadas as múltiplas variáveis do campo de trabalho do Intérprete em relação ao processo de ensino-aprendizagem de alunos surdos.

Para a composição da amostra a ser investigada foram utilizados os Intérpretes que trabalham nas escolas municipais da cidade de Aracaju – SE, sendo assim foi realizado um levantamento juntamente com a Secretaria Municipal da Educação de Aracaju (SEMED) sobre

quantos Intérpretes estão em atuação e qual foi o edital para a contratação dos mesmos. Após contato com a SEMED foi confirmado que 12 Intérpretes estão trabalhando atualmente nas escolas municipais de Aracaju. Diante do objeto de estudo em questão estar relacionado também ao Ensino de Ciências, destes 12 Intérpretes, 3 atuam diretamente com escolas de Ensino Fundamental.

Dando prosseguimento a pesquisa, foi entregue a estes Intérpretes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice 1), convidando-os a participar da pesquisa, de forma autônoma, consciente, livre e esclarecida, conforme parecer nº. 3.518.473 Comitê de Ética (Anexo 1). Os Intérpretes que aceitaram participar da pesquisa foram renomeados a fim de manter sua identidade oculta, para tanto esses Intérpretes receberam pseudônimos (IE1, IE2 e IE3.) que serão usados nos resultados e discussão.

Diante do exposto, trata-se de uma amostra intencional, pois está sendo selecionado um subgrupo dentro do grupo dos Intérpretes que trabalham na rede pública de educação, em específico das escolas municipais da cidade de Aracaju, no intuito de avaliar suas opiniões e considerações em relação a seu trabalho no ambiente formal de ensino. Tudo isto com base na prerrogativa de se obter dados que possam servir de base para melhorias no processo de ensino-aprendizagem de alunos surdos, bem como na atuação dos Intérpretes.

Dando seguimento á pesquisa, realizou-se a revisão bibliográfica em que foram utilizados artigos, monografias, teses e dissertações encontrados mediante a busca eletrônica nos seguintes bancos de dados: SciELO, Periódicos da CAPES, Google Acadêmico e o Repositório Institucional da UFS. Como refinamento da pesquisa a busca foi efetuada a partir de palavras chaves, incluindo os termos inclusão escolar, ensino de libras, Intérpretes no ensino regular, ensino de Ciências para surdos e inclusão escolar de surdos.

Após o consentimento dos Intérpretes em participar da pesquisa foram realizadas entrevista semiestruturadas (Apêndice 2) com os mesmos. Na entrevista semiestruturada há uma combinação de perguntas, por onde o entrevistado tem a chance de falar sobre o tema que foi proposto. Sendo assim o pesquisador seguiu um agrupado de questões que foram previamente definidas de acordo com o objeto de estudo, contudo ele o faz em uma situação semelhante à de uma conversa informal. Esse tipo de entrevista é realizado quando se pretende delinear o volume das informações de forma a obter um melhor direcionamento para o tema, podendo intervir com a finalidade de que os objetivos sejam alcançados (BONI; QUARESMA, 2005).

A entrevista semiestruturada foi composta por sete perguntas, sendo agrupada em dois blocos de questões. O primeiro bloco buscou avaliar a formação do Intérprete de LIBRAS, com as perguntas número 1 e 7. O segundo bloco procurou analisar a prática pedagógica do intérprete de LIBRAS em relação ao ensino de Ciências, com as questões 2, 3, 4, 5 e 6. Para a entrevista foi utilizado um gravador para a captação do áudio, posteriormente a entrevista esses arquivos de áudio foram transcritos para que assim fosse realizada a Análise Textual Discursiva (ATD) dos dados produzidos.

A ATD é entendida como um processo análise organizado em torno de quatro focos: *desmontagem do texto* também chamado de processo de unitarização, *estabelecimento de relações* que é um processo chamado de categorização, *captando o novo emergente* que é possível a partir da análise desencadeada pelos dois estágios anteriores que possibilita a emergência de uma compreensão renovada do todo e *um processo auto organizado* de onde emergem novas compreensões (MORAES, 2003).

Sendo assim, este trabalho está dividido em dois capítulos. O primeiro está relacionado com a Formação do Intérprete, em que é avaliado como ocorreu seu processo de formação, se possuem curso superior e qual a área, se os mesmos buscam uma formação continuada em sua área de trabalho e/ou se a SEDUC (Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura) oferece cursos e aperfeiçoamento. O segundo capítulo está relacionado com a prática pedagógica do tradutor, por onde é avaliado se os Intérpretes possuem dificuldades em relação ao conteúdo curricular da disciplina de Ciências, caso possuam, quais foram os conteúdos de maior dificuldade. E, por fim, foi analisado se ocorre troca de informações acerca do conteúdo de Ciências entre os professores e os Intérpretes.

2. FORMAÇÃO DO INTÉRPRETE DE LIBRAS

Este capítulo é destinado a debater sobre o histórico do Tradutor-Intérprete de Língua Brasileira de SINAIS – TILS, desde seu princípio informal aos dias atuais, perpassando por pontos cruciais como a criação de Leis que garantiram a profissionalização do Intérprete, assim como os requisitos para a sua atuação. Em seguida, é abordado, a partir de análises das entrevistas semiestruturadas, sobre como a formação do TILS além dos cursos de LIBRAS, pode influenciar positivamente seu trabalho dentro da sala de aula, demonstrando assim que sua função não se resume a tradução do que é lecionado pelo professor regente ao aluno surdo, provando que o papel que desempenha no ambiente escolar é primordial e necessário no processo de inclusão escolar do aluno surdo. Por fim é debatido sobre como é imprescindível a formação continuada da comunidade escolar, principalmente do professor regente no objetivo de promover e efetivar a comunicação com o aluno surdo, compreendendo seus desafios e dificuldade e assim melhorando processo de ensino-aprendizagem.

2.1. Tradutor-Intérprete de Língua Brasileira de Sinais – TILS

Durante décadas o tradutor-Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – TILS obteve uma formação que foi baseada no empiricismo, a partir do contato com os surdos e seus familiares, por conseguinte se moldando as demandas da prática e pelas experiências que vivenciava. Durante a década de 90 começam a surgir investidas em uma formação mais técnica e específica para esses profissionais, especialmente por diligência da Federação Nacional de Educação e Instrução dos Surdos (FENEIS), que tinha como prerrogativa a partir da observação da heterogeneidade dos desempenhos pelos Intérpretes, oferecer cursos de curta duração para a formação (LACERDA, 2010; ALBRES, 2011).

Ligado a legalização da LIBRAS após a Lei nº. 10.436/02, o Decreto nº. 5.626/05 (BRASIL, 2005) veio a efetuar a obrigatoriedade da presença do TILS no ambiente escolar dos surdos, aliado a isto o decreto ratificou a o exame de Proficiência em Línguas de Sinais (Prolibras), a nível nacional, certificando assim os Instrutores, professores e Tradutores-Intérpretes de Língua de Sinais. Esse foi um passo significativo para a comunidade surda brasileira e resultou na legalização da profissão do TILS com a Lei nº 12.319/10 (BRASIL,2010; ANTONIO; MOTA; KELMAN, 2015). Somente a partir da promulgação dessa lei que foram abertos concursos e processos seletivos para o cargo de Intérprete em todo o Brasil, principalmente na área educacional nos seus diferentes níveis de ensino (SILVA; OLIVEIRA, 2016).

De forma simultânea, surge um debate referente a formação do TILS com especificidade na educação, tendo em vista que os estudantes de LIBRAS raramente obtêm uma formação detalhada para se aprofundar nessa temática e assim refletir sobre qual o seu papel nos diferentes níveis de ensino (LACERDA, 2010). Sendo necessário, assim, a reflexão sobre a formação do Intérprete que irá atuar na educação, a partir de agora sendo chamado de Intérprete educacional (IE) pois trabalha em um campo específico e atua sobre questões ligadas a Língua Portuguesa e a Língua Brasileira de Sinais, assim como as suas competências específicas na educação de forma a atuar próximo aos alunos surdos que estão inseridos no ensino regular (ANTONIO; MOTA; KELMAN, 2015; ALBRES, 2011).

O TILS por muitas vezes é compreendido como um mediador de conteúdos, acima de tudo se sua atuação ocorrer em sala de aula, onde seu papel é bem específico, ocupando uma posição de elo entre culturas distintas, sendo assim o responsável por fazer com que o surdo tenha acesso a informação e à compreensão do que foi dito. Um outro pensamento sobre o Intérprete é que o mesmo procura tornar compreensível o que antes não era, através de pensamentos que se encaminham entre locais diferenciados de partida e chegada em um movimento contínuo da tradução. Desta forma, fica evidente que o ofício de interpretar é multifacetado o que leva a uma pluralidade de sentidos que são atribuídos a seu trabalho, levando a uma fragmentação de olhares a respeito de sua atuação e sua identidade o que é demonstrando em seus contextos de atuação que são visivelmente variados. É necessário a observação que o compromisso do TILS se encontra além da função de intermediar e facilitar a comunicação ao possibilitar a aquisição da informação proveniente de uma língua-fonte para uma língua-alvo, pois esse profissional se encontra em uma cadeia de responsabilidades, onde ao ser atravessado pela cultura do outro, precisa montar um universo de conhecimentos que o possibilite atuar com as suas próprias estratégias e efetuar com sucesso os seus objetivos (ANATER; PASSOS, 2010).

O Intérprete não precisa ser visto somente como um instrumento passivo dentro de sala de aula, tendo em vista que o mesmo atua como um interlocutor ativo na busca da compreensão dos sentidos do discurso abordado pelo locutor, elencando assim as partes essenciais e seus significados presentes no discurso e o traduzinho para a língua-alvo. No campo educacional em específico é necessário que o IE reconheça os princípios pertinentes a educação inclusiva, assim como do tratamento bilíngue na educação dos alunos surdos, podendo contribuir dessa forma com que a escola desenvolva práticas de educação inclusiva bilíngue no espaço educacional (LACERDA, 2010).

Tanto a LIBRAS quanto a Língua Portuguesa são idiomas que necessitam de uma formação continuada por parte do Intérprete, tendo em vista que esses idiomas estão em constante modificação, com a adição de novas palavras ou de novos sinais. Metodologias e conteúdos trabalhados nos espaços educacionais também exigem constantes reformulações, considerando que novas ideias e pesquisas tem surgido em relação a estratégias de ensino que sejam mais adequadas as práticas inclusivas bilíngues (LACERDA, 2010). Sendo assim, pelas múltiplas funções desempenhadas pelo intérprete, que o aproximam de um educador, se faz necessário compreender que a responsabilidade de educar o aluno surdo não seja do intérprete, existindo dessa forma a necessidade de que ocorra uma parceria com o professor no intuito de promover a melhor condição de aprendizagem do aluno surdo (LACERDA; POLETTI, 2004).

Os tópicos a seguir abordam sob a perspectiva do Intérprete como o mesmo se situa em relação a sua formação acadêmica e se a mesma influência de forma positiva ou negativa o seu trabalho como Intérprete dentro da sala de aula. Para tal foram elencadas duas categorias, que foram organizadas a partir da presença ou ausência de formação acadêmica pelos Intérpretes, a primeira categoria é o do “tradutor/Intérprete em formação de professor e com formação de Intérprete de língua de sinais”, ou seja, trata-se de profissionais que possuem formação técnica a partir de cursos realizados e que estão em processo de formação acadêmica. A segunda categoria e a do “tradutor/Intérprete com formação de professor e com formação de Intérprete de língua de sinais”, que são profissionais que além da formação técnica que os habilitam a trabalhar como Intérprete, também possuem formação acadêmica em alguma área.

2.1.1. Tradutor/Intérprete em formação de professor e com formação de Intérprete de LIBRAS

Dentre os Intérpretes entrevistados com base na pergunta “*Qual a sua área de graduação? Caso possua, ela lhe ajuda em seu trabalho em sala de aula?*” foi identificado que somente o IE3 não possui formação inicial para a docência, tendo somente certificações que foram dadas por prefeituras e por órgãos de surdos que o capacita a atuar como TILS.

Eu ainda estou fazendo o curso de pedagogia, na época que eu me tornei Intérprete não tinha curso ainda, então eu tenho várias certificações que foram dadas por prefeituras, por órgãos que surdos tomavam conta. Vamos dizer que eu tenho técnico de Libras. Como eu quero ir para a área de educação especial, eu acho que é interessante pedagogia. (IE3)

Para o IE3, o curso de pedagogia é interessante em a sua formação, principalmente por causa de sua vontade em trabalhar na educação especial. Por causa de seu contato diário com o

aluno surdo, esse profissional tem conhecimento sobre as demandas específicas de cada aluno com quem trabalha, contudo como relatado por Borges e Nogueira (2016) o intérprete por diversas vezes é invisível no ambiente escolar, sem a efetivação de sua contribuição em planejamentos escolares individuais e coletivos, talvez isso ocorra porque a inclusão escolar ainda é uma novidade, quando se pensa nos papéis que cada um dos profissionais no interior das escolas possui e que para a efetividade da inclusão escolar, necessitam ser constantemente repensados. Nesse sentido a formação em pedagogia, daria arcabouço para que o intérprete galgasse áreas onde teria uma maior proatividade em relação a inclusão escolar dos alunos surdos.

Vale ressaltar que o IE é um dos principais agentes no processo de ensino-aprendizagem do aluno surdo dentre os integrantes da comunidade escolar, justamente pelo seu contato diário e por ser o caminho pelo qual ocorre a comunicação entre o professor que é o detentor de conhecimentos específicos e o surdo que necessita adquirir aquela aprendizagem. Contudo como abordado por Borges e Nogueira (2016), os intérpretes costumam estar mais seguros em áreas dentre as disciplinas que compõem a grade curricular quando as mesmas estão relacionadas a outras formações que receberam, como algum curso de graduação ou afinidade e conhecimento sobre a disciplina, o que pode ocasionar problemas em outras áreas onde o intérprete não tem afinidade, principalmente na área de Exatas (Física, Matemática e Química), quanto em naturais (Ciências), que possuem conceitos e palavras específicas, onde em diversas ocasiões não possuem seu sinal correspondente em LIBRAS, cabendo ao profissional a necessidade de compreender esses conceitos para realizar a interpretação de forma fidedigna do conteúdo ministrado pelo professor.

Sendo assim como proposta, poderia ser pensado na formação de intérpretes por áreas, assim como a formação de grupos de estudo, com profissionais e representantes da Comunidade Surda, acadêmica e instituições governamentais na criação de dicionários específicos em LIBRAS para cada área, o que auxiliaria no trabalho e na formação do intérprete.

Falando a meu respeito, porque eu tenho um surdo só aqui nessa escola, ele é um surdo que ouve com um de seus ouvidos, então o trabalho que eu faço é um pouco diferenciado com ele, pois ele não conhece o idioma, a dificuldade que se tem hoje, às vezes é do professor achar que a gente tem que fazer a função dele, quando na verdade a gente só é o Intérprete, é uma questão só de interpretação, mas quando a gente encontra um surdo que não tem domínio do idioma dele, a gente tem que fazer um sacrifício, meio que alfabetizar ele, para que a gente possa fazer essa interpretação simultânea que geralmente não ocorre por ter essa necessidade do surdo saber seu próprio idioma. (IE3)

Como pode ser observado a partir da fala do IE3, a realidade escolar não condiz com a formação do Intérprete que é direcionado a trabalhar como um mediador entre aluno surdo e professor ou vice-versa. Em diversas situações o aluno surdo não tem alfabetização em LIBRAS, que é essencial ao trabalho do Intérprete, isto ocorre porque esses alunos surdos por serem filhos de pais ouvintes entram em contato com a LIBRAS que é sua língua materna de forma tardia, o que leva de acordo com Kail (2013) a uma produção linguística inferior quando comparado a outras crianças surdas que são expostas a língua de sinais desde os três anos de idade. Como demonstrado no trabalho de Carvalho e Santos (2016), obtida a partir de um estudo de caso com uma criança surda que é filha de pais ouvintes, o estudo demonstrou que a criança apresentava dificuldades para se comunicar, por causa das restrições linguísticas da mãe, ficando limitada a gestos combinados ou não com a mãe e a alguns sons. Ainda segundo as autoras um método eficaz seria a criação de creches mistas, onde todos do grupo docente soubessem LIBRAS e que haja pessoas surdas entre eles.

Em situações como essa citada pelo IE3, caberia ao Intérprete entrar em contato com a coordenação pedagógica da escola na busca por intervenção perante o aluno surdo, de forma a encontrar meios e profissionais que estejam habilitados para alfabetizar este aluno em sua língua materna, já que essa não é uma função que o Intérprete desempenha. Contudo existem etapas até que ocorra a contratação de profissionais para o ingresso no corpo escolar, isso demandaria tempo o que iria prejudicar ainda mais o aluno surdo com idade avançada e sem domínio da LIBRAS. Sugere-se que os Intérpretes caso possuam formação em pedagogia como é o caso da IE1 e IE2 fossem habilitados a trabalhar juntamente com o aluno surdo não alfabetizado, desempenhando o papel de interpretação e alfabetização deste.

2.1.2. Tradutor/Intérprete com formação de professor e com formação de Intérprete de LIBRAS

Dentre os Intérpretes com base na pergunta “*Qual a sua área de graduação? Caso possua, ela lhe ajuda em seu trabalho em sala de aula?*” tanto a IE1 quanto a IE2 são formadas em Pedagogia, a IE2 vê na pedagogia um caminho que o ajuda em seu trabalho dentro de sala de aula e a IE1 dá uma maior importância aos cursos de LIBRAS, pós-graduações e a vivência com os surdos, como é possível notar nos trechos abaixo:

Minha graduação é pedagogia e tenho especialização em LIBRAS, ajuda sim porque no atual momento estou com uma surda não alfabetizada e pedagogo tem esse trabalho de alfabetizar, então ajuda muito e a especialização mais ainda que é em LIBRAS. (IE2)

Como demonstrado na fala da IE2, por diversas vezes o Intérprete atua como professor dentro da sala de aula na busca da otimização do processo de ensino-aprendizagem pelo aluno surdo. Esse resultado corrobora com a literatura, no sentido de que o Intérprete dentro da sala de aula acaba assumindo diversas funções, dentre eles está o ensino de LIBRAS, atuar em relação ao comportamento do aluno, atuar como educador em relação as dificuldades de aprendizagem do aluno, dentre outras, demonstrando a aproximação do trabalho de um educador dentro da sala de aula (LACERDA; POLETTI, 2004).

A Pedagogia é um campo que estuda diferentes áreas da educação, na perspectiva prática e teórica, com a finalidade de melhorar o processo de aprendizagem dos indivíduos, por meio da reflexão, sistematização e produção de conhecimentos. Na qualidade de Ciência Social, o pedagogo está conectado com os aspectos da sociedade, assim como com as normas educacionais do país (SAVIANI, 2008 *apud* LEITE, 2016). Sendo assim, uma das funções do pedagogo é atuar na alfabetização escolar que é compreendida como processo de ensino/aprendizagem em relação a leitura e a escrita em língua materna, durante a fase inicial de escolarização de crianças. Por se tratar de um processo plurifacetado e complexo onde há o envolvimento de ações políticas caracterizando-se assim como um dever do estado e direito do cidadão. Na atualidade existe uma necessidade de inclusão dos não alfabetizados nas instâncias públicas em relação ao uso da Linguagem e na formulação de modos eficientes e eficazes na implementação de ações que visem concretizar a inclusão (MORATTI, 2010).

Podemos sugerir que por causa da multiplicidade de funções desempenhadas pelo Intérprete dentro do ambiente escolar, se esse profissional vir a possuir uma formação além dos cursos técnicos em LIBRAS, em especificidade dentro da área da educação, como por exemplo a Pedagogia, este embasamento teórico voltado a regência pode ajudá-lo na otimização do processo de ensino-aprendizagem pelo aluno surdo, contribuindo ainda mais no processo de inclusão escolar.

Eu sou pedagoga, tenho duas pós graduações, a primeira foi em Libras e a segunda em educação inclusiva, eu tenho também cursos, vários cursos de extensão tanto como aluna, quanto como ministrante e também alguns cursos de formação de tradutor e Intérprete de LIBRAS que foram eles o que mais contribuiu para a minha formação e também o contato diário, constante com os surdos. (IE1)

Como pode ser observado acima, para o IE1, o maior peso em seu currículo são as suas pós-graduações que foram voltadas a LIBRAS e a educação inclusiva, cursos de formação de tradutor e Intérprete e por fim o contato constante com os surdos. Essa fala corrobora com os estudos sobre a aprendizagem e aquisição de um novo idioma, pois ao aprender curso da

aprendizagem um novo idioma, além do conhecimento das regras gramaticais, se faz necessário o contato constante com falantes e nativos da língua em estudo e da comunicação proveniente de cada interação, com a prerrogativa da efetividade da aprendizagem e aquisição do novo idioma, o que faz com que o indivíduo se torne capaz de sair-se bem em diferentes situações, conseguindo resolver os conflitos que ali estejam presentes fazendo o uso de diversas estratégias (SOBROZA, 2008).

2.2. Formação continuada e desafios do Intérprete

De acordo com o que consta na Lei de Diretrizes e Bases – LDBEN 9.394/96 (BRASIL, 1996) a formação continuada deve ser promovida pela união, estados e municípios, podendo ser realizadas em seu local de trabalho, em instituições de nível superior e educação básica ou a partir da utilização de recursos e tecnologias de educação a distância, ficando claro assim que a formação continuada de profissionais da educação é uma obrigação do Estado, assim como um direito e dever dos docentes. Isto se faz necessário, pois esses profissionais precisam de forma constante refletir e entender sobre as interferências relacionadas aos contextos socioeconômico, político e cultural que influenciam seu trabalho na prerrogativa de promover uma melhor formação para si e seu aluno (GASPARELO; SCHNECKENBERG, 2017).

Tendo em vista que as pesquisas de uma maneira geral têm aumentando nas últimas décadas, principalmente no campo educacional, se faz necessário que os profissionais ligados a Educação Básica e Superior sejam atualizados em relação as suas respectivas áreas. Partindo do princípio que a formação inicial pode ter sido insuficiente, se acredita que as competências, as habilidades e os conhecimentos necessários para o trabalho docente não foram trabalhados, sendo assim necessário uma formação continuada que irá fazer com o que o professor deixe de estar privado dos recursos necessários no exercício de sua profissão (DAVIS, 2013).

O sistema educacional brasileiro possui diversas lacunas que levam a falhas no processo de inclusão, permanência e aprendizagem dos alunos surdos, isso ocorre pela pouca familiaridade teórica e prática dos professores em lidar com as limitações dos alunos, não conseguindo promover um ensino que seja de qualidade para todos, o que dificulta grandemente a inclusão destes alunos, que nestes casos estão inseridos na Educação Básica de ouvintes. Estes fatores podem levar a falta de atenção dos docentes em relação a presença de alunos que possuem surdez dentro da sala de aula, falta de conhecimento sobre recursos metodológicos contemporâneos que os auxiliem no trabalho com os alunos surdos em sala de aula.

Como uma forma de suprir a demanda por qualificação de professores na atuação da educação inclusiva e consequente promoção da inclusão escolar, foi assinado o Decreto n°. 7.611/05 de 17 de novembro de 2011 (BRASIL, 2011), onde ficou estabelecido em seu artigo 5°, parágrafo 2°, inciso III e IV que é dever da união oferecer através do apoio técnico e financeiro aos Estados, Municípios e Distrito Federal, a promoção da formação continuada de professores, para o desenvolvimento da educação bilingue voltada aos estudantes surdos, assim como atuar na formação de gestores, educadores e demais profissionais que integram a escola para a educação na perspectiva da educação inclusiva. Medidas como essas são essenciais de acordo com Leandro; Costa e Aquino (2012), para que o processo de inclusão escolar dos alunos surdos seja efetivo. Existe a necessidade da formação continuada do corpo escolar, principalmente dos docentes em relação a apropriação da LIBRAS, sua estrutura, sua escrita e sua leitura, no intuito de proporcionar equidade entre os alunos surdos e os demais de forma a quebrar as barreiras da comunicação, buscando a efetividade do processo de ensino-aprendizagem.

Cursos de capacitação para os próprios Intérpretes, para os professores, eles reclamam muito que não são qualificados, então eu acho que um trabalho em equipe funcionaria mais, uma ajuda de adaptação, a comunicação iria ser geral, não iria somente ser de Intérprete para aluno, de aluno para Intérprete, iria ter uma comunicação efetiva em toda a escola, capacitação, capacitação para o Intérprete, capacitação para toda a comunidade escolar, cursos de LIBRAS constantes e contínuos, nunca pare, sempre tenha cursos de LIBRAS... (IE2)

Como abordado na fala da IE2, se faz necessário a compreensão da LIBRAS por toda a comunidade escolar, principalmente pelos docentes na prerrogativa de melhorar a comunicação com alunos surdos, conhecendo assim quais são as suas dificuldades no processo de ensino-aprendizagem. Como uma forma de suprir essa demanda, a princípio é fundamental que ocorra a formação continuada do docente a partir de cursos de LIBRAS que deve ser ofertado pelo governo a todos os integrantes da comunidade escolar.

Com a dificuldade de formação continuada dos professores regentes em relação a Educação Inclusiva o que se tem em diversos casos é a inserção dos alunos surdos no ambiente escolar, levando ao favorecimento de sua exclusão. O único contato do aluno surdo é diretamente com o IE, acarretando em uma falta de comunicação e interação com os demais integrantes da comunidade escolar. Como abordado por Strobel (2006), o ideal para o processo de inclusão seria o planejamento escolar em oferecer aos alunos surdos os conteúdos baseado na LIBRAS, com a utilização de recursos visuais, como figuras, língua portuguesa leitura e escrita, na prerrogativa de desenvolver a memória visual e o hábito de leitura nos alunos,

contando com o auxílio de professores em LIBRAS e Intérpretes. Outra perspectiva seria dispor da ajuda de professores, instrutores e/ou monitores surdos que possam auxiliar o professor regente a atuar com alunos surdos em sala de aula, de forma a facilitar a comunicação dos mesmos como também a sua prática pedagógica.

Com isso, espera-se que o paradigma inclusão/inserção seja superado na Educação Básica, com professores e Intérpretes atuando juntos no processo educacional de alunos surdos. Um ponto positivo nesse caminho foram as modificações nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior (DCNFINS), regulada pela Resolução CNE/CP, nº1, de 9 de agosto de 2017 (BRASIL, 2017), que inseriram no currículo dos docentes os conteúdos referentes a LIBRAS e educação especial, no sentido de formar profissionais que compreendam a história e as necessidades da comunidade surda perante a educação, assim como a utilização de metodologias diferenciadas para esse grupo. No entanto essa inserção da disciplina de LIBRAS é algo recente, sendo necessário pesquisas para se avaliar a efetividade do ensino e aprendizagem dos alunos surdos pelos novos profissionais que estão sendo formados

O processo de inclusão escolar é um caminho longo e difícil. Para que ocorra o sucesso dessa proposta que ainda tem muito caminho a percorrer, começando a partir do reconhecimento e valorização da diferenças que estão presentes na sociedade como elemento que agregue e enriqueça o processo de ensino/aprendizagem, com a formação de professores que sejam conscientes do modo como atuam na promoção da aprendizagem de seus alunos, da cooperação e trabalho em conjunto com o intérprete educacional e os demais integrantes do meio escolar e por fim com a valorização da aprendizagem buscando enfoque em currículos, metodologias e estratégias pedagógicas que venham a possibilitar a construção coletiva do conhecimento (MANTOAN, 2015).

3. PRÁTICA PEDAGÓGICA DO INTÉRPRETE NO ENSINO DE CIÊNCIAS

Neste capítulo será debatido sobre a prática pedagógica do intérprete frente as dificuldades no ensino de Ciências, relatando as problemáticas que estão relacionadas alfabetização científica dos alunos surdos. Em seguida, é abordado sobre quais são os assuntos dentro da disciplina de Ciências que dificulta o trabalho do intérprete com o aluno surdo. Por fim, é discutido a relação entre o intérprete e o professor regente, abordando seus desafios e dificuldades, assim como a forma que o intérprete é observado dentro do ambiente escolar.

3.1. Dificuldades no Ensino de Ciências

A conhecimento científico obtido a partir da educação científica é um direito de todos, sendo necessário na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, para tal esses princípios são obtidos a partir de uma alfabetização científica, que deva ir além da tradicional forma que é transmitida os conhecimentos científicos, buscando favorecer dessa forma a participação dos cidadãos na tomada de decisões fundamentadas (CACHAPUZ et al., 2005). Sendo assim o conhecimento científico é direito e deve ser objetivo de aprendizado dos alunos surdos, para que consigam integrar a sociedade e exercer sua cidadania (OLIVEIRA; BENITE, 2015).

No momento que a criança ouvinte chega à escola, ela já possui conceitos espontâneos formados, contudo a criança surda quando filha de pais ouvintes, devido a falta de língua fundamentada, adentrando no meio escolar sem esses devidos conceitos terá um atraso em sua linguagem. Como resultado, isso poderá trazer consequências emocionais, sociais e cognitivas, mesmo levando em conta o aprendizado tardio da LIBRAS (VIGOTSKY, 2000; LACERDA, 2006). Cerca de 90% dos surdos são filhos de pais ouvintes (ELLEWEKE; RODA, 2000), dessa forma é improvável que tenham a língua constituída, não adquirindo a LIBRAS e em consequência disso nem o português. Sendo assim para a criança o seu signo linguístico sem uma língua constituída, será formado por elementos visuais que não serão compartilhados nem pela comunidade surda, nem pelos ouvintes, assim a criança irá desenvolver uma linguagem norteadada pelos aspectos visuais, contudo sem a estrutura de uma língua (OLIVEIRA; BENITE, 2015), ficando a margem tanto de seus pares quanto da comunidade escolar.

Buscando avaliar quais são as dificuldades que os Intérpretes possuem ao interpretar as aulas de Ciências, foram obtidos os seguintes resultados:

A aluna está em processo de alfabetização, então assim eu não posso nem usar da datilologia que seria um empréstimo do nosso português porque ela não

vai identificar palavra, então a dificuldade é essa, ela não é alfabetizada, tem que ter muitas imagens para tentar compreender e tentar ensiná-la. (IE2)

Com pode ser observado a partir da falar da IE2, a falta de alfabetização dos alunos surdos em sua língua materna prejudica tanto o trabalho do docente quanto do Intérprete. Sendo necessário a busca por metodologias eficazes na tarefa de transmitir os conteúdos da disciplina de Ciências, um método como exemplificado pela IE2 seria o uso da datilologia, que também é conhecida como alfabeto manual, sendo utilizada para informar coisas que ainda não apresentam um sinal na LIBRAS, para informar nomes ou palavras de língua estrangeira, que no meio escolar seria a Língua Portuguesa. Contudo o uso da datilologia seria melhor aplicável na alfabetização do aluno e não na transmissão de conteúdo das disciplinas, pois a utilização desse método demandaria um tempo não aplicável em uma aula.

Outros fatores também podem influenciar no grande quantitativo de surdos não alfabetizados que estão inseridos na escola regular, como aborda a IE1:

A gente tem muita dificuldade, principalmente porque os surdos que a gente encontra hoje na escola, eles não tiveram alfabetização, principalmente nas escolas públicas, eles não tem o conhecimento da sua língua então dificulta muito e em alguns casos que a gente chega na particular onde os surdos tem uma condição de vida melhor, eles tem uma compreensão melhor da sua língua, um melhor desenvolvimento. (IE1)

Como abordado pela IE1, um dos possíveis fatores que influenciam na baixa alfabetização em LIBRAS dos surdos seria que os mesmos são advindos de famílias carentes. Ou seja, hipoteticamente seus pais ouvintes por possuírem baixa escolarização e com preceitos formados em relação aos valores culturais de normalidade, tendem a enxergar o surdo como um “desviante”, se tornando predisposto a considerar mais conceitos negativos do que positivos. Aliado a esses fatores, pelo fato desses pais não possuírem condições financeiras ou até mesmo conhecimento sobre a LIBRAS e a sua importância, acabam não procurando meios para a alfabetização de seus filhos em sua língua materna, o que pode acarretar em um desenvolvimento cognitivo atrasado desses surdos e uma exclusão social e familiar mais acentuada. Em contrapartida os surdos advindos de famílias com um maior poder aquisitivo, teriam uma maior probabilidade de colocar seus filhos com tenra idade em instituições que os proporcionasse a alfabetização em LIBRAS, levando esses surdos a um desenvolvimento escolar significativo, acarretando na inclusão escolar e social do surdo, assim como na aprendizagem do conteúdo científico (GOMES, 2004; SACCANI *et al*, 2007).

Geralmente ao nascer em um meio ouvinte, a criança surda acaba sofrendo pelas expectativas dos pais sobre o desejo de que seu filho também seja ouvinte, levando muitas vezes a um processo conflituoso de socialização. Existem processos que perpassam desde o conhecimento da surdez em uma criança até o estabelecimento do diagnóstico, fazendo com que seus pais diminuam suas frustrações e comecem a aceitar a criança surda, esses processos acabam sendo extraordinariamente complexos e mexem no modo como os pais e especialistas irão contribuir para a construção de uma imagem social da surdez e do que é a criança surda (SILVA; PEREIRA; ZANOLI, 2007).

Vale ressaltar que o apoio familiar é imprescindível para o aluno surdo. A maneira como a família se dispõe em relação as dificuldades do surdo, irá ajudá-lo ou não em seu processo de aquisição do conhecimento. Caso a família do surdo opte pelo não aprendizado do mesmo na LIBRAS e que recursos médicos não estejam acessíveis a essa criança, ela ficará limitada a sinais domésticos que foram criados para a comunicação entre os membros familiares, acarretando em futuras dificuldades para a sua escolarização (OLIVEIRA; BENITE, 2015)

Existe a necessidade de um trabalho educacional com os pais ouvintes sobre a surdez, LIBRAS e a comunidade surdo, buscando contornar problemas que os surdos enfrentam em relação a falta de alfabetização em LIBRAS, que acarreta em um baixo desenvolvimento cognitivo, levando a uma não assimilação dos conteúdos relacionados as disciplinas de Ciências. Como aborda Eleweke e Roda (2000), é importante fornecer informações adequadas aos pais, contudo existem vários fatores que limitam as informações fornecidas aos pais, como as dificuldades de comunicação; a falta de uma base de conhecimento comum pelos pais; diferentes concepções acerca de incapacidade e a falta de familiaridade dos pais com o vocabulário médico.

Outro fator agravante é quando os pais ouvintes são provenientes de classes baixas que maioria podem possuir baixa escolaridade, o que leva a uma falta de conhecimento geral sobre o assunto, aliado a isso eles já têm conceitos sociais pré-formados sobre a surdez, resultando em uma falta de atenção e de cuidados em relação a uma educação direcionada a seus filhos surdos. Esses pais têm a ideia errônea de que para conseguir manter uma comunicação, seus filhos precisam ser oralizados, assim os colocando em instituições de ensino regular, por diversas vezes de forma tardia, o que leva a uma série de consequências no processo de ensino-aprendizagem desses indivíduos.

Como forma de diminuir esse alto índice de alunos surdos que não têm alfabetização em LIBRAS no ensino público, é necessário que o olhar do Estado e de instituições que

trabalham com os surdos sejam ampliados de forma a englobar seus pais ouvintes, com enfoque principal nas comunidades carentes, realizando a oferta de cursos e campanhas direcionadas a conscientização e ensino sobre o que é a surdez e da importância da LIBRAS para a inclusão dos surdos na sociedade e/ou a disponibilização de acompanhamento psicológico e pedagógico para essas famílias.

Outra dificuldade para o Intérprete é a falta de conhecimento tanto da sociedade quanto das pessoas que integram o meio escolar em relação a suas funções dentro da sala de aula, como abordado pelo IE3:

Na verdade falando a meu respeito, porque eu tenho um surdo só aqui nessa escola, ele é um surdo que ouve com um de seus ouvidos, então o trabalho que eu faço é um pouco diferenciado com ele, pois ele não conhece o idioma, a dificuldade que se tem hoje, às vezes é do professor achar que a gente tem que fazer a função dele, quando na verdade a gente só é o Intérprete, é uma questão só de interpretação, mas quando a gente encontra um surdo que não tem domínio do idioma dele, a gente tem que fazer um sacrifício, meio que alfabetizar ele, para que a gente possa fazer essa interpretação simultânea que geralmente não ocorre por ter essa necessidade do surdo saber seu próprio idioma. (IE3)

Também é possível perceber no trecho acima que no ambiente escolar pessoas que não possuem a devida noção sobre qual é o trabalho do Intérprete Educacional acabam confundido as funções do interopere com o do professor regente. No entanto, há uma grande distinção entre o trabalho desses dois profissionais no meio escolar, o trabalho docente é uma atividade profissional que demanda múltiplos requisitos, como a formação inicial, preparo físico, emocional e afetivo, levando-o a adquirir a responsabilidade de intermediar o conhecimento, por meio de interações com os alunos, na escolha de metodologias adequadas para atingir um objetivo que gere interesse, tendo como principal função a de tornar a aprendizagem significativa, sendo assim sua atuação não pode ser executada por pessoas sem o devido preparo, Como é o caso do IE, que apenas muitas vezes possuem somente o domínio da LIBRAS em sala de aula.

Mesmo com a prerrogativa de que o Intérprete não atue como regente na sala de aula, é notável que somente a sua presença não irá garantir que todas as necessidades do aluno surdo no que concerne a sua educação, sejam garantidas. Somente a sua presença não garante que questões de cunho metodológico quando se leva em conta os processos pertencentes do acesso ao conhecimento, sejam consideradas ou que até mesmo o currículo escolar sofra alterações que venham a contemplar particularidades e aspectos culturais pertencentes a comunidade surda

(ROSA, 2006). Como é o caso do relato dos Intérpretes entrevistados, quando o aluno surdo não alfabetizado se encontra na escola regular, o contato com o Intérprete não supre as demandas que esses alunos necessitam em relação aos aspectos culturais pertencentes a comunidade surda, a alfabetização eficaz em sua língua materna, tendo como consequência a não assimilação dos conteúdos presentes no currículo escolar. Dessa forma, o aluno surdo continua sendo mantido a margem da comunidade escolar e do âmbito social, favorecendo o processo de exclusão.

3.1.1. Problemáticas em relação ao conteúdo de Ciências

A Ciência pode ser concebida como um conjunto de conhecimentos únicos que foram e são historicamente construídos e que são dotados de um contexto científico, seu conhecimento científico gerado somente é aceito depois de exposto a críticas e testes realizados por membros que integram a comunidade científica. Dentro do ambiente escolar o conhecimento científico transmitido aos alunos pelo professor é composto por uma gama de teorias que foram acumuladas com o tempo e que precisam estar aliadas as experiências científicas como método na geração desses conhecimentos, demonstrando o dinamismo da Ciência e que a mesma não é imutável (OLIVEIRA, 2012). No entanto o currículo para o ensino de Ciências durante muito tempo foi centrado de forma específica na transferência dos conhecimentos científicos, sem demonstrar quais são os caminhos que permeiam a Ciência, a forma como suas teorias são construídas, validadas e como isto se relaciona com a sociedade (ALONSO; DIAZ; MAS, 2004).

Nessa situação, o Ensino de Ciências direcionado aos surdos aparenta estar seriamente comprometido, já que visões deturpadas sobre a Ciência se mantêm nos dias atuais, por onde o professor assume o papel exclusivamente de transmissor de conhecimentos, que não podem ser questionados. Esse tipo de visão compromete de forma mais acentuada o acesso dos surdos ao conhecimento científico, visto que as necessidades cotidianas desses alunos são desconsideradas a partir do momento onde a ênfase se situa no ensino de conceitos através de classificações e definições que devem ser internalizadas sem discussões do histórico da construção desses conhecimentos (OLIVEIRA, 2012). Por muitas vezes o conteúdo nas propostas de ensino não visa a ampliação sensorial e tátil dos alunos surdos, que poderiam ser mediadas por recursos didáticos diferenciados, como por exemplo a produção e utilização de maquetes ou replicas que auxiliasse na melhoria da aprendizagem. Essas contribuições teriam o intuito de propiciar contextualizações que partam de conceitos teóricos abstratos, na

prerrogativa de gerar um ensino satisfatório que seja decorrente do uso de ferramentas que estimule a aprendizagem significativa do aluno surdo (VIGOTSKY, 1997).

Para a melhora no processo de ensino-aprendizagem dos alunos surdos, se faz necessários que os conteúdos a serem construídos com os alunos tenham sentido, de forma a estimular a o interesse e curiosidade, com o objetivo de se conseguir a compreensão dos assuntos. Nesse sentido o currículo presente na disciplina de Ciências, que estão inseridos na matriz curricular deve auxiliar no estímulo da alfabetização científica do aluno, desenvolvendo conceitos importantes para a sua formação como cidadão (COSTA; KELMAN, 2013; LINHARES; TASCETTO, 2011).

Como maneira de elucidar quais as dificuldades dos Intérpretes em relação aos conteúdos da disciplina de Ciências, foram obtidas as seguintes respostas:

Quando você vai falar um pouco de células e quando o surdo, mais uma vez eu friso tem essa dificuldade de conhecer o idioma, que na ética você não pode criar sinais, mas a gente tem que criar, porque a gente tem que criar um contexto para que ele entenda, então tentar criar sinais que não existe, principalmente nessa parte ai de células, é um pouquinho complicado para eles que não tem o domínio no caso. (IE3).

Segundo o IE3 um dos conteúdos com maiores problemáticas para o Intérprete de LIBRAS e o aluno seria o de citologia. De acordo com Linhares e Pacheco (2011), os conceitos relacionados a células são distantes e abstratos para os alunos, porque oferecem ínfimas noções quando não aliados a imagens e representações reais de suas estruturas, ficando real somente na imaginação. Isto ocorre por causa de poucos recursos presentes na escola, levando a uma ausência de visualização, observação e identificação das estruturas celulares. Levando a dificuldades na compreensão dos diferentes tipos de células, suas organelas, da importância para o organismo, suas funções e seu contexto.

De acordo com Rocha et al (2015) a utilização de recursos didáticos diferenciados sobre a citologia, quando apresentados de forma contextualizada, por intermédio da experiência visual e sensorial, faz com que o aluno surdo desenvolva e estimule sua criatividade, assim como o interesse por esses assuntos. Para que isso seja possível é necessário que o professor regente, assim como o IE, faça uso de diferentes recursos didáticos no objetivo de fazer com que o aluno surdo alcance um maior aprendizado. Sendo assim é de extrema importância que ocorra a capacitação de profissionais na área, assim como de professores regentes na elaboração de aulas que tenham metodologias que fujam do tradicionalismo e que sejam inovadoras, no

intuito de gerar e promover os conhecimentos científicos, beneficiando não somente o aluno surdo, mas também os alunos ouvintes.

A maior dificuldade na área das Ciências é sobre o corpo humano, sobre a parte da anatomia, morfologia, fisiologia e também porque existem poucos sinais nessa área, tem poucos estudos. (IE1)

Como relatado pela IE1, uma das maiores dificuldades em relação a Ciências é a falta de sinais específicos no que tange algumas áreas. Como abordado por Souza e Silveira (2011), os alunos surdos têm dificuldades na aprendizagem de conteúdos em função da especificidade científica e da escassez de termos na língua de sinais, fato esse que associado ao despreparo dos professores e desconhecimento dos Intérpretes em relação ao saber científico, contribui para a falta de interesse dos alunos surdos.

Existe a necessidade de um trabalho em conjunto entre a comunidade de educadores, pesquisadores educacionais, especialistas em educação especial e libras se voltarem as dificuldades que estão relacionadas ao ensino de Ciências e da educação de maneira geral direcionadas aos surdos, pois somente a presença do surdo na sala de aula não significa inclusão. De forma contrária, isto pode corroborar com os processos de exclusão dos surdos, que ao não interagir com os conteúdos escolares e nem com os outros alunos e professores, ficando a mercê de algumas iniciativas isoladas e com pouco impacto em relação as melhorias de sua condição social (SOUZA; SILVEIRA, 2011).

A colaboração entre os professores já presentes no mercado de trabalho, dos professores em processo de formação e de profissionais que atuam na educação especial, na elaboração de ações inovadoras e colaborativas, produzindo metodologias e novos sinais que supram a demanda existente no conhecimento científico é essencial para a promoção social de grupos “minoritários” como os surdos (SOUZA; SILVEIRA, 2011). Com a utilização de sinais que expressem os conceitos que são inerentes ao conteúdo de ciência, o surdo além da internalização desse conhecimento, irá adquirir habilidades e competências que são necessárias para ser um cidadão ativo dentro da sociedade, com noção sobre seus direitos e deveres e com maiores chances dentro do mercado de trabalho.

Vou falar a minha realidade. Eu não tenho muita experiência, eu comecei com essa surda, já a um ano, como a gente está em processo de alfabetização, é impossível fazer uma interpretação concomitante com os conteúdos do ano que ela está, no caso sétimo ano, eu não identifiquei ainda um conteúdo que eu tenha uma maior dificuldade. (IE2)

Como é possível perceber no trecho acima, dos intérpretes entrevistados somente a IE2 não conseguiu elencar assuntos em possuía dificuldades em ciências, isso ocorre tanto pela falta de experiência em trabalhos anteriores com alunos surdos, como pela falta de alfabetização em LIBRAS da aluna com quem trabalha. Sem a alfabetização em LIBRAS do aluno, fica praticamente impossível o trabalho do intérprete e do docente no que tange os seus respectivos trabalhos dentro do ambiente escolar.

A escola é um espaço que têm a obrigação de proporcionar a todos os cidadãos o livre acesso ao conhecimento, para que ocorra o desenvolvimento de competências e habilidades, além da apreensão dos conhecimentos que foram produzidos ao longo da história da humanidade com o objetivo de sua utilização no processo de ensino/aprendizagem do conteúdo que é ministrado pelo professor em sala de aula. Para os estudantes surdos é necessário que os integrantes da comunidade escolar o vejam como atores e sujeitos sociais, para tal é preciso que ocorra a implementação de ações pedagógicas organizadas com o intuito de firmar o processo de ensino/aprendizagem desse aluno, respeitando seu contexto social, assim como suas limitações (SILVA *et al.*, 2013). Contudo, para que seja possível o desenvolvimento de competências e habilidades do aluno surdo, é imprescindível que o poder público elabore ações concretas de alfabetização dos mesmos, antes que esses alunos sejam oficialmente integrados na escola regular, ou que promova dentro das escolas a alfabetização em LIBRAS desses alunos, fazendo com que a inclusão escolar saia do âmbito legal e se torne uma realidade.

Como demonstra Oliveira e Benite (2012), em seu estudo o bilinguismo é uma prática que não ocorre dentro de muitas escolas de ensino regular, por causa do caráter secundário que a LIBRAS é deixada em sala de aula, falta de conhecimento da linguagem científica por parte do IE e da falta de alfabetização do aluno surdo em sua Língua materna o que leva a falta de alfabetização na Língua Portuguesa, dessa forma o surdo acaba sendo apresentado a conceitos que pertencem a linguagem simbólica das Ciências de forma básica e rasa.

Somente quando o Ensino de Ciências de forma combinada com o contexto social do aluno, da produção de metodologias direcionadas ao ensino de alunos surdos pelo professor regente, da elaboração de sinais específicos, de uma formação continuada do IE em relação ao conteúdo de ciências, conseguirá atingir com dinamismo e de forma contextualizada o desenvolvimento das capacidades intelectuais, cognitivas e mentais dos alunos surdos.

3.2. Um olhar sobre a relação entre o professor de Ciências e o Intérprete.

O professor e o intérprete são os personagens primordiais para que ocorra o sucesso da inclusão escolar do aluno surdo, para tal é necessário que esses profissionais dialoguem sobre metodologias e assuntos, com a prerrogativa de otimizar o processo de ensino/aprendizagem desse aluno. Como base nisso foram realizadas perguntas aos intérpretes sobre esta relação, obtendo as seguintes respostas:

Olhe eu acredito o seguinte, quando o professor ele é novo, na questão de idade mesmo, a mente é mais aberta, são os que estão se formando recentemente. A probabilidade dele tentar entrar no mundo dos surdos para adaptar provas, adaptar atividades é mais fácil do que um professor que seja veterano, que esteja aí a anos e não quer fazer adaptação porque acha que não é nenhuma necessidade ou obrigação dele, mas tem essa diferença de quando uma pessoa tem a cabeça mais aberta e daquele que está chegando em fim de carreira de poder dar contribuição nesse sentido. (IE3)

De acordo com o IE3, existe uma diferença em relação a postura frente a educação inclusiva a depender da faixa-etária do professor com quem trabalha. Isto pode ser explicado com base em mudanças recentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior (DCNFINS) que foi estabelecida a partir da Resolução CNE/CP, nº2, de 1 de julho de 2015 (BRASIL, 2015), que estabeleceu mudanças significativas em relação a formação inicial do professor, tendo em vista aspectos como a inclusão escolar. Como demonstrado em seu Capítulo V, artigo 13, inciso 2:

Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. (2015, p. 11)

Após a publicação dessa resolução, foi dado um prazo máximo de três anos para o cumprimento dessas medidas, regulado pela Resolução CNE/CP, nº1, de 9 de agosto de 2017 (BRASIL, 2017). Dessa forma, os novos profissionais da educação, veem durante a sua formação conteúdos relacionados a história dos surdos, a LIBRAS, a necessidade da presença do IE em sala de aula e por fim da obrigação de produzir e utilizar metodologias diferenciadas para a otimização do processo de ensino/aprendizagem do aluno surdo.

Com base nesses conteúdos que o futuro licenciando vê na graduação, o mesmo poderá chegar ao mercado de trabalho, com uma visão diferenciada sobre os alunos surdos, enxergando-os como estudantes que possuem as mesmas capacidades que um aluno ouvinte no aprendizado dos conhecimentos. Dessa forma, se definindo como profissionais diferenciados de seus colegas, que são frutos de uma formação tradicionalista, por onde os alunos eram e são vistos como iguais, onde o diferente é excluído. São diversas as causas que levam ao distanciamento dos professores “veteranos”, como relatado pelo IE2, na utilização de novas metodologias no ensino dos Surdos, como a falta de formação continuada sobre a educação inclusiva, jornadas excessivas de trabalho, pouca remuneração, são fatores desestimulante para os docentes.

*No público a gente não vê a disponibilidade do professor em preparar uma aula em cima de um surdo, daquele aluno específico, as aulas são sempre bem gerais, mas no particular, minha experiência foi diferente, os professores estavam sempre bem mais dispostos e bem mais criativos, sempre trabalhando o visual porque facilita na interpretação e a melhor compreensão do surdo.
(IE1)*

O trabalho do professor e a busca por metodologias ativas no ensino com o objetivo de fornecer uma educação igualitária e para todos os alunos independente de suas limitações é essencial no processo de inclusão escolar. No entanto existem múltiplos fatores que podem vir a afetar o papel do professor no ensino e no processo de inclusão quando se faz uma avaliação geral no que tange a escola pública, de acordo com Silva e Souza (2013), a escolas públicas que estão situadas na região norte e nordeste estão entre as mais precárias do Brasil, com problemas relacionados a falta de serviços básicos como o abastecimento de água tratada, energia elétrica, saneamento básico, levando a um comprometimento na permanência desses alunos na escola, assim como na possibilidade de elaboração de aulas que fujam do tradicionalismo usual. A ausência de infraestrutura adequada, como a falta de bibliotecas e salas de leitura, de quadras esportivas, de internet, de laboratórios, comprometendo o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos e do trabalho do professor.

Para a obtenção de uma educação pública de qualidade, em que o professor consiga condições dignas de trabalhar e de colocar em prática o que aprendeu durante sua formação inicial ou continuada, principalmente no que tange o Ensino de Ciências voltado aos alunos surdos e facilitando o trabalho do intérprete. é imprescindível a adoção de medidas político-educacionais dentro das escolas, especialmente as pertencentes a região Norte e Nordeste, com respaldo financeiro-orçamentário, que sejam eficazes no combate às desigualdades

socioinstitucionais. No sentido de se alcançar padrões de dignidade no direito a educação pública de qualidade aos alunos surdos (SILVA; SOUZA, 2013).

Em geral os professores reclamam muito que não têm qualificação, para fazer uma adaptação da prova, mas a professora de ciências ainda ajuda, no sentido de colocar os conteúdos em slides, com muitas imagens, então isso vem a ajudar, a contribuir. (IE2)

O conhecimento científico é dotado de uma contexto único, por onde podem ser utilizadas diversas metodologias no ensino de seu conteúdo, como a utilização de imagens e vídeos que sejam conciliadas com o conteúdo teórico, proporcionando com que aquele assunto abstrato, se torne plausível aos alunos. Tendo em vista que a LIBRAS é uma língua visual-espacial, a utilização de imagens, modelos didáticos se faz essencial para que se tenha sucesso no processo de ensino/aprendizagem do aluno surdo.

O docente é responsável por estimular e mediar o processo de construção do aprendizado do aluno surdo, por meio de interações com esses alunos, criando metodologias educacionais que alcancem esses alunos e suas necessidades. Contudo para alguns professores a inclusão do aluno surdo é algo novo na rotina escolar, e uma parte desses profissionais se mantêm resistentes a mudanças no modo de ensino, continuando a ministrar aulas tradicionais, sem tentar mudar sua metodologia, fazendo com que sua aula continue atingindo somente os alunos ouvintes (GONÇALVES; FESTA, 2013).

Um dos pontos de maior relevância é a necessidade de interação entre o IE e o professor regente e do IE com os integrantes do corpo escolar, além de sua participação no planejamento escolar. Esse profissional por atuar diretamente com o aluno surdo, é o integrante com a melhor capacidade dentro de uma comunidade escolar onde em sua maioria desconhece a LIBRAS e as necessidades do aluno surdo (BORGES; NOGUEIRA, 2017). Como demonstrando nesse trabalho a partir das falas dos intérpretes educacionais, esse profissional em grande parte das vezes atua no campo que deveria ser do professor, e isso se mostra essencial tendo em vista a falta de alfabetização dos alunos surdos em sua Língua Materna, e de professores que tem uma formação precária em comparação com os moldes educacionais vigentes para a educação inclusiva ou que resistem em criar e tentar novas metodologias que gerem impacto no processo de ensino/aprendizagem do aluno surdo. Tendo em vista a realidade escolar, se o intérprete não interferir nesse processo, o aluno surdo somente estará de corpo presente na sala de aula, olhando o quadro e sem entender nada, acentuando a exclusão escolar e social que o surdo sofre diariamente a séculos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os principais agentes responsáveis para que se obtenha o sucesso na inclusão do aluno surdo dentro da escola são os professores regentes e o TILS. Tendo em vista o protagonismo do intérprete nessa “nova” escola, este trabalho tentou compreender a partir de seus olhares quais são as demandas e desafios em relação a sua profissão no processo de inclusão do aluno surdo.

Os resultados obtidos a partir da pergunta sobre a formação do intérprete, veio a elucidar problemáticas em relação a falta de alfabetização dos alunos surdos ao ingressar na escola regular, o que leva ao comprometimento do trabalho do intérprete e do professor regente, além de todo o processo de ensino/aprendizagem do aluno surdo, essa realidade é ainda mais preocupante em escolas públicas como enfatiza a IE1 ao falar que o aluno da rede privada possui um maior conhecimento sobre a LIBRAS, o que leva a um melhor desenvolvimento escolar. Isso pode ser explicado porque geralmente esses alunos surdos que estão presentes na escola pública são advindos de famílias carentes, onde seus pais possuem um escasso acesso à informação sobre como lidar com uma pessoa surda, a quem procurar nesses casos e da necessidade de alfabetização de seu filho em LIBRAS antes do Português. Como forma de remediar essa situação é necessário empenho do poder público em levar informação de maneira prioritária a regiões carentes pelo Brasil, na tentativa de levar informações sobre a comunidade surda, seus desafios e necessidades.

A falta de formação continuada dos professores regentes em assuntos sobre a inclusão escolar, é algo que prejudica a dinâmica dentro de sala de aula, tanto com o intérprete, tanto com o aluno surdo. Pois o mesmo não terá habilidade ou a iniciativa de executar metodologias que melhorem o processo de aprendizagem desse aluno, aliado a isso está o fato de que esse professor não entenderá o papel do intérprete, não dialogando com o mesmo de forma antecipada quais serão os assuntos a serem trabalhados em aula, para que o intérprete se prepare em relação aos sinais que serão utilizados, tendo como consequência a exclusão do aluno surdo em um espaço onde deveria estar incluso. Existe assim a necessidade de que sejam colocados em prática projetos de formação continuada para os professores que estão a anos trabalhando no magistério em relação a inclusão escolar, sobre metodologias que fujam do tradicionalismo e que venham a atingir todos os alunos presentes em sala de aula e suas necessidades específicas, assim como a abertura de espaços onde o intérprete tenha uma voz ativa com os outros integrantes da comunidade escolar de forma a elucidar caminhos para que se tenha uma melhora no ensino/aprendizagem dos alunos surdos.

Dentre os três intérpretes entrevistados, dois (IE1 e IE2) são formados em Pedagogia e um (IE3) está cursando pedagogia. Segundo a IE2, esse conhecimento prévio que foi adquirido em sua formação acadêmica a ajuda no ofício de alfabetização em LIBRAS da aluna surda com quem trabalha. Fica claro a partir desse relato, que uma formação além do conhecimento sobre a LIBRAS pode afetar de forma positiva seu trabalho na escola. Por fim fica a indagação, será que não poderia ser pensado em intérpretes que trabalhassem por áreas? Haveria interesse do poder público para isso? A afinidade e conhecimento por áreas específicas dentre as disciplinas obrigatórias do currículo escolar, poderia agregar no aprendizado do aluno surdo, no momento da interpretação e em possíveis dúvidas que o mesmo tenha.

O conhecimento científico é complexo e dotado de teorias com contextos únicos, onde o professor tem o papel de ser a ponte entre esse conhecimento e o aluno, para tal é necessário que o aluno do Ensino Fundamental dos anos finais tenha uma base de conhecimentos vivenciados em seu cotidiano aliado a capacidades cognitivas de leitura e interpretação. No entanto a realidade do aluno surdo do ensino público quando comparada com os alunos ouvintes é preocupante porque o mesmo não é alfabetizado em LIBRAS, como relatado por todos os IE que foram entrevistados, esses profissionais encontram uma maior dificuldade em conseguir interpretar as aulas de Ciências justamente por esse fator.

De forma a identificar quais são os conteúdos de maior dificuldade para o intérprete no ensino de ciências, foram obtido que dentre os assuntos que compõe o currículo da disciplina de Ciências, os intérpretes possuem dificuldades nos assuntos de Citologia e sobre o corpo humano em específico nos conteúdos que ligados a Morfologia, Fisiologia e Anatomia, por causa da falta de sinais em LIBRAS de muitos dos termos presentes nesses assuntos. Esse resultado é corroborado pelos achados de outros autores como de Borges (2018), que relatou dificuldades dos interpretes com quem trabalhou, em relação ao conteúdo de Citologia e no de Borges e Nogueira (2017), que relatou a falta de sinais para conteúdos de Matemática, Química, Física e Ciências, comprometendo assim o trabalho do intérprete e a aprendizagem do aluno surdo. Um possível caminho para a melhoria dessa realidade está na formação de grupos com Intérpretes, especialistas em LIBRAS, professores de áreas específicas como Ciências, para a criação de sinais e dicionários específicos para essas áreas.

Por fim, foi constatado a partir da fala dos intérpretes a resistência por parte de alguns professores que já estão trabalhando a anos no magistério em relação a produção e execução de metodologias que contemple as necessidades dos alunos surdos, quando comparados a novos profissionais que estão ingressando no mercado de trabalho. Isso é explicado pela mudança na

formação inicial dos professores, que estão vindo durante seus cursos, disciplinas que contemplam a necessidade de se trabalhar a inclusão escolar, como é o caso da disciplina de LIBRAS, por onde o graduando conhece as bases desse idioma e as necessidades que requeridas pela comunidade surda. A formação atualizada é necessária para o bom funcionamento das instituições de ensino, para tal é necessário que além da mudança já ocorrida nas universidades, os professores estejam constantemente em cursos de formação continuada, na prerrogativa de que todos os professores trabalhem em prol da efetivação da inclusão escolar.

O caminho para a inclusão escolar está começando, ainda existem muitos desafios a serem vencidos, para tal é necessário o investimento na escola pública, na formação continuada dos professores e intérpretes e na alfabetização prévia dos alunos surdos antes que os mesmos ingressem na escola regular. Somente com tais medidas os alunos surdos irão deixar de serem inseridos na escola, e a inclusão escolar será uma realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBRES, N. A. A formação de Intérpretes de libras para um serviço da educação especial. o que os currículos de cursos de especialização em libras têm a nos revelar. **Encontro Da Associação Brasileira De Pesquisadores Em Educação Especial**, v. 7, p. 2151-2162, 2011.
- ALONSO, Á. V.; DÍAZ, J. A. A.; MAS, M. A. M. Consensos sobre la naturaleza de la ciencia: evidencias e implicaciones para su enseñanza. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 34, n. 1, p. 1-37, 2004.
- ANATER, G. I. P.; DOS PASSOS, G. C. R. Tradutor e Intérprete de língua de sinais: história, experiências e caminhos de formação. **Cadernos de Tradução**, v. 2, n. 26, p. 207-236, 2010.
- ANTONIO, L. C. O.; MOTA, P. R.; KELMAN, C. A. A formação do Intérprete educacional e sua atuação em sala de aula. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 10, n. 3, p. 1032-1051, 2015.
- BORGES, F. A.; NOGUEIRA, C. M. I. O ensino e a aprendizagem de matemática para surdos inclusos: o que dizem os intérpretes de libras?. **EDUCAÇÃO MATEMÁTICA EM REVISTA-RS**, v. 2, n. 17, 2017.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.
- BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 03 de mar. 2019.
- BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 de abril de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 03 de mar. 2019.
- BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, 23 de dezembro de 2005. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 de dezembro de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em: 10 de out. 2009.
- BRASIL. Lei nº 12.319, de 1 de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2 setembro de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm. Acesso em: 25 de jul. 2015
- BRASIL, Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. **Planalto**, Brasília, 18 de novembro de 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm#art11. Acesso em: 09 de ago. 2019.
- BRASIL, Resolução nº 2, de 1 de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. **Ministério da Educação**, Brasília, 2 de julho de 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pet/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12861-formacao-superior-para-a-docencia-na-educacao-basica>. Acesso em: 19 ago. 2019.

BRASIL, Resolução n° 1, de 9 de agosto de 2017. Altera o Art. 22 da Resolução CNE/CP n° 2, de 1° de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. **Ministério da Educação**, Brasília, 10 de agosto de 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pet/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12861-formacao-superior-para-a-docencia-na-educacao-basica>. Acesso em:

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.

CACHAPUZ, A.; GIL-PEREZ, D.; CARVALHO.; A. M. P.; PRAIA, J.; VILCHES, A. A **necessária formação do ensino de Ciências**. São Paulo: Cortez, 2005.

CARVALHO, D. M.; SANTOS, L. R. L. Pais ouvintes, filho surdo: causas e consequências na aquisição da língua de sinais como primeira língua. **Revista Sinalizar**, v. 1, n. 2, p. 190-203, 2016.

COSTA, S. S. C.; KELMAN, C. A. Representações sociais dos surdos do curso de graduação em Letras-Libras. **Revista Educação Especial**, v. 26, n. 46, p. 437-450, 2013.

DAVIS, C. L. F. Formação continuada de professores: uma análise das modalidades e das práticas em estados e municípios brasileiros. **Textos FCC**, v. 34, p. 1-104, 2013.

ELEWEKE, C. J.; RODDA, M. Factors contributing to parents' selection of a communication mode to use with their deaf children. **American Annals of the Deaf**, p. 375-383, 2000.

ENGEL, T.; TOLFO, D. Métodos de pesquisa. **Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, v. 1, 2009.

GASPARELO, R. R. S.; SCHNECKENBERG, M. Formação continuada de professores: racionalidade técnica versus desenvolvimento profissional. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, p. 1119-1134, 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GOMES, M. S. R. **Plano de ação participativa para a identificação da deficiência auditiva em crianças de 3 a 6 anos de idade de uma comunidade de baixa renda**. 2004.

GONÇALVES, H. B.; FESTA, P. S. V. Metodologia do professor no ensino de alunos surdos. **Ensaio Pedagógicos**, v. 6, n. 3, 2013.

KAIL, M. **Aquisição da linguagem**. Tradução Marcos Marcionílio. 1ed. São Paulo: Parábola, 2013.

LACERDA, C. B. F. Tradutores e Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais: formação e atuação nos espaços educacionais inclusivos. **Cadernos de Educação**, n. 36, 2010.

LACERDA, C. B. F.; POLETTI, J. E. A escola inclusiva para surdos: a situação singular do Intérprete de língua de sinais. **27ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa em Educação**, 2004.

LACERD, C. B. F. A inclusão escolar de alunos surdos: O que dizem alunos, professores e Intérpretes sobre esta experiência. **Cadernos CEDES**, v. 26, n. 69, p.163-184, 2006)

- LEANDRO, A. I. A. I.; COSTA, M. A. C.; AQUINO, S. S. Narrativas de formação, (auto) biografia e inclusão: experiências de professores e alunos no ensino médio. **HOLOS**, v. 2, p. 225-233, 2012.
- LEITE, M. Formação de docentes de libras para a educação infantil e séries iniciais. **Revista Diálogos**, v. 4, n. 1, 2016.
- LINHARES, I.; TASCETTO, O. M. A citologia no ensino fundamental. **O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense. 1ed. Curitiba: SEED**, v. 1, p. 1-25, 2011.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: o que é? por quê? como fazer?** Summus Editorial, 2015.
- MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, p. 387-405, 2006.
- MONTEIRO, M. S. História dos movimentos dos surdos e o reconhecimento da Libras no Brasil. **ETD-Educação Temática Digital**, v. 7, n. 2, p. 292-305, 2006.
- MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.
- MORTATTI, M. R. L. Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 44, p. 329-341, 2010.
- OLIVEIRA, Walquíria Dutra de. **Estudos sobre a relação entre Intérprete de libras e o professor: implicações para o ensino de Ciências**. 2012.
- OLIVEIRA, W. D.; BENITE, A. M. C. Aulas de Ciências para surdos: estudos sobre a produção do discurso de Intérpretes de LIBRAS e professores de Ciências. **Ciências educacionais**, v. 21, n. 2, p. 257-472, 2015.
- OLIVEIRA, W. D.; MELO, A. C. C.; BENITE, A. M. C. **Ensino de Ciências para deficientes auditivos: um estudo sobre a produção de narrativas em classes regulares inclusivas**. 2012.
- PEREIRA, A. S.; SHITSUKA, D. M.; PARREIRA, F. J.; SHITSUKA, R. **Metodologia da pesquisa científica**. 1. ed. Santa Maria: UFSM, 2018.
- ROCHA, L. R. M.; MORETTI, A. R.; COSTA, P. C. F.; COSTA, F. G. Educação de surdos: relato de experiência inclusiva para o ensino de Ciências e biologia. **Revista Educação Especial**, v. 28, n. 52, p. 377-392, 2015.
- ROSA, A. S. Tradutor ou Professor? Reflexão preliminar sobre o papel do Intérprete de língua de sinais na inclusão do aluno surdo. **Ponto de Vista: revista de educação e processos inclusivos**, n. 8, p. 75-95, 2006.
- SACCANI, R.; BRIZOLA, E.; GIORDANI, A. P.; BACH, S.; RESENDE, T. L.; ALMEIDA, C, S. Avaliação do desenvolvimento neuropsicomotor em crianças de um bairro da periferia de Porto Alegre. **Scientia Medica**, v. 17, n. 3, p. 130-137, 2007.
- SILVA, A. B. P.; PEREIRA, M. C. C.; ZANOLI, M. L. Mães ouvintes com filhos surdos: concepção de surdez e escolha da modalidade de linguagem. **Psicologia: teoria e pesquisa**, 2007.

SILVA, K. S. X.; OLIVEIRA, I. M. O Trabalho do Intérprete de Libras na Escola: um estudo de caso. **Educação & Realidade**, v. 41, n. 3, p. 695-712, 2016.

SILVA, L. F. R.; SALES, E. R.; SOUZA, R. D. C.; WANZELER, E. P. A escolarização de surdos no Ensino Fundamental: Percepções sobre o ensino/aprendizagem de Ciências. **Revista REAMED**, n. 1, 2013.

SILVA, A. F.; SOUZA, A. L. L. Condições do trabalho escolar: desafios para os sistemas municipais de ensino. **CADERNOS DE PESQUISA**, v. 43, n. 150, p. 772-787, 2013.

SOBROZA, L. S. Aquisição x Aprendizagem da língua estrangeira. **Linguagens & Cidadania**, v. 10, n. 1, 2008.

SOUZA, S.; SILVEIRA, H. Terminologias Químicas em Libras. **Química Nova Escola**, v. 33, n. 1, 2011.

STROBEL, K. L. A visão histórica da in(ex)clusão dos surdos nas escolas. **ETD-Educação Temática Digital**, v. 7, n. 2, p. 245-254, 2006.

VIGOTSKI, L. S. Obras excogitas V: fundamentos de defectología. **Madrid: Visor**, v. 5, 1997.

VIGOTSKY, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

YIN, R. K. **Estudo de Caso-: Planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman editora, 2001.

Apêndice 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE BIOLOGIA

Nº do Formulário _____

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) participante,

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa “**O INTÉRPRETE NO ENSINO DE CIÊNCIAS: UM ESTUDO DE CASO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ARACAJU-SE**”, desenvolvida por **Gildenisson Araujo do Nascimento**, discente do curso de Ciências Biológicas (licenciatura), do Departamento de Biologia (DBI), da Universidade Federal de Sergipe (UFS) sob orientação **Profa. Dra. Aline Lima de Oliveira Nepomuceno**.

O objetivo central do estudo é: Identificar as possibilidades e desafios para os interpretes da língua de sinais do município de Aracaju no que tange o Ensino de Ciências.

Esse trabalho será de cunho qualitativo, utilizando-se de algumas técnicas de pesquisas para obtenção de seu propósito. Para a avaliação da situação atual em relação as possibilidades e desafios para os interpretes da língua brasileira de sinais que atuam nas escolas municipais de Aracaju, será realizada uma entrevista semiestruturada que será gravada em áudio, para posteriormente ser transcrita. Ao final será realizada a Análise Textual discursiva da transcrição da entrevista.

O convite a sua participação se deve ao fato de você ser Interprete da Língua de Sinais das escolas do município de Aracaju.

Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado caso decida não participar da pesquisa ou, tendo aceitado, desistir desta.

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

Pode haver desconforto quanto à participação na entrevista por ser gravada, entretanto o pesquisador estará presente em todo o momento da entrevista e aplicação do questionário para esclarecer qualquer dúvida e questionamento que possa ocorrer. Em relação ao risco da pesquisa, este será o de constrangimento, por emitir opinião sobre o seu trabalho ou a sua formação, que será atenuado pela garantia do anonimato além da confidencialidade dos resultados.

A entrevista somente será gravada somente com autorização do entrevistado (A entrevista será transcrita e armazenada, em arquivos digitais, mas somente terão acesso a esta a pesquisadora e sua orientadora.

Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme as Resoluções 466/12 e 510/2016.

Os benefícios (diretos ou indiretos) relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa é o de contribuir para um melhor entendimento acerca das possibilidades e desafios presenciados pelo Intérprete da Língua Brasileira de Sinais dentro da sala de aula, de forma a propiciar uma significativa melhora no processo de inclusão e permanência dos alunos surdos no ensino regular da rede pública; identificar quais são os possíveis assuntos mais problemáticos na área de Ciências para o intérprete.

Os resultados serão divulgados em meu Trabalho de Conclusão de Curso, podendo virar artigo e ser publicado em revista e/ou apresentado em eventos relacionados à educação.

Este Termo é redigido em duas vias, sendo uma para o participante e outra para o pesquisador. Todas as páginas deverão ser rubricadas pelo participante da pesquisa e pelo pesquisador responsável (ou pessoa por ele delegada e sob sua responsabilidade), com ambas as assinaturas apostas na última página. O mesmo foi elaborado de acordo com as diretrizes e normas regulamentadas de pesquisa envolvendo seres humanos atende à Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério de Saúde - Brasília – DF.

Os participantes têm a garantia que receberão respostas a qualquer pergunta e esclarecimento de qualquer dúvida quanto aos assuntos relacionados à pesquisa. Também os pesquisadores supracitados assumem o compromisso de proporcionar informações atualizadas obtidas durante a realização do estudo.

Os voluntários terão direito à privacidade. A identidade (nomes e sobrenomes) do participante não será divulgada.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe, no endereço: Rua Claudio Batista s/n– Sanatório, CEP: 9.060-110- Aracaju – Sergipe, Tel: (79) 3194-7208. O Comitê de Ética em Pesquisa é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma, o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do

projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade.

Aline Lima de Oliveira Nepomuceno
(Pesquisador Responsável)
RG/CPF: 010.323.415-21

Gildenisson Araujo do Nascimento
(Pesquisador Participante)
RG/CPF: 059.790.475-81

CONTATO DA COORDENAÇÃO DA PESQUISA: 79. 3194-7515/99191-6333. E-mail:
aline_limadeoliveira@yahoo.com.br.

Local: _____ Data: _____

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

(Assinatura do participante da pesquisa)

Nome legível do participante: _____

Apêndice 2 – Entrevista Semiestruturada



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE BIOLOGIA

1. Qual a sua área de graduação? Caso possua, ela lhe ajuda em seu trabalho em sala de aula?
2. Você encontra dificuldades para interpretar as aulas de ciências? Em caso positivo quais são?
3. Qual ou quais os conteúdos de ciências você encontra uma maior dificuldade em interpretar?
4. O professor da disciplina de ciências contribui ou dificulta seu trabalho como intérprete? Em caso positivo ou negativo de que forma isso ocorre?
5. No caso de haverem dois ou mais alunos surdos, o acompanhamento/atendimento na hora dificulta a aprendizagem do conteúdo?
6. O que você pode me falar sobre a sua relação com a disciplina de ciências durante a época do seu ensino fundamental?
7. Qual ou quais são suas opiniões sobre o que pode ser feito para melhorar seu trabalho como intérprete na escola?

Anexo 1- Parecer do Comitê de Ética



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O INTÉRPRETE NO ENSINO DE CIÊNCIAS: UM ESTUDO DE CASO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ARACAJU-SE

Pesquisador: Aline Lima de Oliveira Nepomuceno

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 15581519.1.0000.5546

Instituição Proponente: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.518.473

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo "Informações Básicas da Pesquisa" (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1212617.pdf, postado em 12/06/2019).

Introdução:

Anterior a década de 70 a inclusão escolar não era um assunto debatido na sociedade, pois a resposta social para as crianças que não se ajustavam ao molde educacional vigente era a criação de unidades educacionais especiais, o que levava direta ou indiretamente a segregação escolar e social. Somente a partir da década de 70 depois da intensificação de movimentos sociais pelos direitos humanos essa realidade começou a mudar, pois do ponto de vista econômico o custo para manter instituições especiais era elevado, associado a isto o movimento pela integração de ações políticas de diversos grupos como o de portadores de deficiência, pais e profissionais levou a um aumento de pressão no Estado com o intuito de garantir direitos fundamentais e de evitar discriminações. Contudo resultados significativos começaram a ser alcançados no Brasil somente a partir da década de 90, onde se começou a difusão maciça de políticas educacionais como a promulgação da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) em 1996 que promovia a inclusão de pessoas com necessidades

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº
Bairro: Sanatório **CEP:** 49.060-110
UF: SE **Município:** ARACAJU
Telefone: (79)3194-7208 **E-mail:** cephu@ufs.br



UFS - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SERGIPE



Continuação do Parecer: 3.518.473

educativas especiais, levando a uma maior socialização desses grupos, dentre eles a comunidade surda. Nessa mesma época teve o início de um desprestígio de programas de educação especial, sendo atenções e investimentos voltados a prática de inclusão de pessoas surdas em escolas regulares (MENDES, 2006). A língua brasileira de sinais (LIBRAS) é própria dos surdos, sendo esta a que deve ser obtida primeiramente, pois a partir dela é que o surdo consegue entrar em contato com a língua majoritária do grupo social ao qual integra. Dessa forma a educação bilingue tem como meta educacional tornar presente duas línguas no meio escolar onde os alunos surdos estão integrados. Com base nessa necessidade do reconhecimento da LIBRAS como língua oficial dos Surdos e como meio de contato com a língua portuguesa foi promulgada a lei nº 10.436 de 24 de Abril de 2002 (BRASIL, 2002), que veio regularizar e garantir os direitos da comunidade surda das adaptações necessárias para a sua inclusão escolar, assim como a necessidade de serviços de apoio pedagógico, salas de recurso e de equipamentos específicos, de instrutores e ou professores surdos e a presença de professores interpretes nas escolas (MONTEIRO, 2006). Neste sentido, o trabalho do interprete é essencial para que alunos surdos consigam compreender e assimilar os conteúdos pertinentes as disciplinas no colégio. Pois é papel do interprete pronunciar na língua de sinais um discurso que seja equivalente ao pronunciado pelo professor responsável pela disciplina, para tal é necessário que o interprete consiga trabalhar em situações variadas por onde se é imprescindível a sua capacidade de se adaptar as necessidades de interpretação da comunidade surda. Pelo fato da aula ser um ambiente dinâmico é fundamental que o interprete conheça o correspondente entre as expressões típicas da língua majoritária com as encontradas na língua de sinais, sabendo que nem sempre será possível verter em sinais todas as palavras pronunciadas pelo professor, contudo buscando sempre manter o sentido e procurando manter o efeitos produzidos pelo professor no enunciado oral (ROSA, 2006). Refletindo nesta direção, o objeto desta pesquisa é o Ensino de Ciências na concepção dos intérpretes de LIBRAS. Considerando que o Ensino de Ciências tem como função fazer com que o cidadão se torne crítico e que venha a ter autonomia para a tomada de decisões em prol de sua sociedade. Para tanto o Ensino de Ciências necessita permitir que os indivíduos venham a entender e compreender como o conhecimento científico é construído historicamente a partir do relacionamento entre os fenômenos naturais aos modelos teóricos de forma a atribuir um significado a simbologia científica (OLIVEIRA; MELO; BENITE, 2012). Desta forma, este estudo busca responder a seguinte questão: quais as dificuldades e as possibilidades do Ensino de Ciências para os interpretes de LIBRAS na Educação Básica de surdos?

Hipótese: A falta de comunicação com os professores, dificulta o trabalho do interprete em salas

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº

Bairro: Sanatório

CEP: 49.060-110

UF: SE

Município: ARACAJU

Telefone: (79)3194-7208

E-mail: cephu@ufs.br



Continuação do Parecer: 3.518.473

educativas especiais, levando a uma maior socialização desses grupos, dentre eles a comunidade surda. Nessa mesma época teve o início de um desprestígio de programas de educação especial, sendo atenções e investimentos voltados a prática de inclusão de pessoas surdas em escolas regulares (MENDES, 2006). A língua brasileira de sinais (LIBRAS) é própria dos surdos, sendo esta a que deve ser obtida primeiramente, pois a partir dela é que o surdo consegue entrar em contato com a língua majoritária do grupo social ao qual integra. Dessa forma a educação bilingue tem como meta educacional tornar presente duas línguas no meio escolar onde os alunos surdos estão integrados. Com base nessa necessidade do reconhecimento da LIBRAS como língua oficial dos Surdos e como meio de contato com a língua portuguesa foi promulgada a lei nº 10.436 de 24 de Abril de 2002 (BRASIL, 2002), que veio regularizar e garantir os direitos da comunidade surda das adaptações necessárias para a sua inclusão escolar, assim como a necessidade de serviços de apoio pedagógico, salas de recurso e de equipamentos específicos, de instrutores e ou professores surdos e a presença de professores interpretes nas escolas (MONTEIRO, 2006). Neste sentido, o trabalho do interprete é essencial para que alunos surdos consigam compreender e assimilar os conteúdos pertinentes as disciplinas no colégio. Pois é papel do interprete pronunciar na língua de sinais um discurso que seja equivalente ao pronunciado pelo professor responsável pela disciplina, para tal é necessário que o interprete consiga trabalhar em situações variadas por onde se é imprescindível a sua capacidade de se adaptar as necessidades de interpretação da comunidade surda. Pelo fato da aula ser um ambiente dinâmico é fundamental que o interprete conheça o correspondente entre as expressões típicas da língua majoritária com as encontradas na língua de sinais, sabendo que nem sempre será possível verter em sinais todas as palavras pronunciadas pelo professor, contudo buscando sempre manter o sentido e procurando manter o efeitos produzidos pelo professor no enunciado oral (ROSA, 2006). Refletindo nesta direção, o objeto desta pesquisa é o Ensino de Ciências na concepção dos intérpretes de LIBRAS. Considerando que o Ensino de Ciências tem como função fazer com que o cidadão se torne crítico e que venha a ter autonomia para a tomada de decisões em prol de sua sociedade. Para tanto o Ensino de Ciências necessita permitir que os indivíduos venham a entender e compreender como o conhecimento científico é construído historicamente a partir do relacionamento entre os fenômenos naturais aos modelos teóricos de forma a atribuir um significado a simbologia científica (OLIVEIRA; MELO; BENITE, 2012). Desta forma, este estudo busca responder a seguinte questão: quais as dificuldades e as possibilidades do Ensino de Ciências para os interpretes de LIBRAS na Educação Básica de surdos?

Hipótese: A falta de comunicação com os professores, dificulta o trabalho do interprete em salas

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº

Bairro: Sanatório

CEP: 49.060-110

UF: SE

Município: ARACAJU

Telefone: (79)3194-7208

E-mail: cephu@ufs.br



Continuação do Parecer: 3.518.473

agrupado de questões que estão previamente definidas, contudo ele o faz em uma situação semelhante à de uma conversa informal. Esse tipo de entrevista é realizada quando se pretende delinear o volume das informações de forma a obter um melhor direcionamento para o tema, podendo intervir com a finalidade de que os objetivos sejam alcançados (BONI; QUARESMA, 2005). Na entrevista semiestruturada será utilizado um gravador para a captação do áudio, posteriormente a entrevista esses arquivos de áudio serão transcritos para a partir da Análise Textual Discursiva (ATD).

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Identificar as possibilidades e desafios para os interpretes da língua de sinais do município de Aracaju no que tange o Ensino de Ciências.

Objetivo Secundário: Identificar o número de interpretes em escolas do município de Aracaju e as suas respectivas formações; Avaliar as contribuições ou não da formação inicial de interpretes na prática pedagógica de Ensino de Ciências; Verificar quais os conteúdos de Ciências apresentam maiores índices de dificuldades para os interpretes de LIBRAS; Refletir sobre o Ensino de Ciências através da LIBRAS e o papel do intérprete no processo educativo de alunos surdos na Educação Básica.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Pode haver desconforto quanto à participação na entrevista por ser gravada, entretanto o pesquisador estará presente em todo o momento da entrevista e aplicação do questionário para esclarecer qualquer dúvida e questionamento que possa ocorrer. Em relação ao risco da pesquisa, este será o de constrangimento, por emitir opinião sobre o seu trabalho ou a sua formação, que será atenuado pela garantia do anonimato além da confidencialidade dos resultados.

Benefícios: Os benefícios (diretos ou indiretos) relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa é o de contribuir para a reflexão sobre as problemáticas relacionadas ao trabalho do interprete em sala de aula, de forma a contribuir sobre quais são os problemas e as dificuldades para um processo de ensino-aprendizagem efetivo dentro de sala de aula para os alunos surdos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Desfecho Primário: A falta de comunicação com os professores em relação ao planejamento e conteúdo que será abordado em sala de aula prejudica o trabalho do interprete pois o mesmo não

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº

Bairro: Sanatório

CEP: 49.060-110

UF: SE

Município: ARACAJU

Telefone: (79)3194-7208

E-mail: cephu@ufs.br



Continuação do Parecer: 3.518.473

terá um tempo hábil para se preparar, acarretando em um problema para o processo de ensino-aprendizagem de alunos surdos. A área acadêmica influencia diretamente sobre o domínio dos interpretes sobre sinais específicos no contexto do ensino de ciências. Falta de conhecimento do aluno surdo na LIBRAS, carência de sinais voltados para a área de LIBRAS e a falta de materiais concretos e visuais são empecilhos para a construção do conhecimento relacionado a ciências com os alunos surdos.

Desfecho Secundário: Contribuição para a reflexão sobre as problemáticas relacionadas ao trabalho do interprete em sala de aula. Conhecimento sobre quais são os problemas e as dificuldades para um processo de ensino-aprendizagem efetivo dentro de sala de aula para os alunos surdos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Termos apresentados.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não foram observados óbices éticos.

Considerações Finais a critério do CEP:

Cabe ao pesquisador apresentar ao CEP/UFS os relatórios parciais e final sobre a pesquisa (Res. CNS 466/2012 e 510/2016).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1328907.pdf	12/06/2019 15:37:36		Aceito
Outros	carta.pdf	12/06/2019 15:36:52	Aline Lima de Oliveira Nepomuceno	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRosto.pdf	05/04/2019 15:02:25	Aline Lima de Oliveira Nepomuceno	Aceito
Recurso Anexado pelo Pesquisador	Entrevistasemiestruturada.pdf	04/04/2019 12:25:25	Aline Lima de Oliveira Nepomuceno	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	04/04/2019 12:24:17	Aline Lima de Oliveira Nepomuceno	Aceito
Projeto Detalhado	Projetodetalhado.pdf	04/04/2019	Aline Lima de	Aceito

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº

Bairro: Sanatório

CEP: 49.060-110

UF: SE

Município: ARACAJU

Telefone: (79)3194-7208

E-mail: cephu@ufs.br



Continuação do Parecer: 3.518.473

/ Brochura Investigador	Projetodetalhado.pdf	12:22:20	Oliveira Nepomuceno	Aceito
-------------------------	----------------------	----------	---------------------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ARACAJU, 20 de Agosto de 2019

Assinado por:
Anita Hermínia Oliveira Souza
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº

Bairro: Sanatório

CEP: 49.060-110

UF: SE

Município: ARACAJU

Telefone: (79)3194-7208

E-mail: cephu@ufs.br